COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PMM
4046

CONTRATO nº 1010.26.07.27.01

O MUNICÍPIO DE MARACANAÚ, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 07.605.850/0001-62, com sede na cidade do mesmo nome, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E CONTROLE URBANO**, neste ato representado pelo respectivo Secretário Sr. **Raimundo Coêlho Bezerra de Farias Filho**, na forma do disposto na Lei n° 629 de 30.11.98, combinada com as Leis Municipais n°´s 986, de 07.01.05 e 1.955 de 01.02.2013, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **INSTTALE ENGENHARIA LTDA,** inscrita no CNPJ nº 23.742.620/0001-00 com sede no endereço: Via de Ligação 1, s/n, Distrito Industrial III, CEP: 61931-030 na cidade de Maracanaú – Ceará, neste ato representada por seu bastante procurador e responsável técnico Sr. Victor Mosca de Carvalho Araújo inscrito no CPF sob o nº 024.019.613-99 e por sua bastante procuradora Larissa Bernardino Reis, inscrita no CPF n° 670.875.663-34, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato na forma e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato é celebrado com fundamento no processo de licitação modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** tombado sob o n° **10.004/2026-CE**, e se rege pelo disposto na Lei Federal Lei nº 14.133/21, alterada, consolidada e fundamentado no plano plurianual (PPA) da Prefeitura Municipal de Maracanaú/CE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto da presente avença é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE REQUALIFICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ/CE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E CONTROLE URBANO**, mediante execução indireta, no regime empreitada por preço unitário, na conformidade do Projeto Básico, Edital e demais anexos, bem como proposta, cronograma físico-financeiro e orçamento adjudicados, tudo parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

2.2. A assinatura do presente contrato indica à CONTRATADA possuir plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se os mesmos às normas da Lei nº 14.133/21 e à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1. O valor global da presente avença é de **R$ 36.615.054,38 (trinta e seis milhões seiscentos e quinze mil cinquenta e quatro reais e trinta e oito centavos)**, a ser pago em conformidade com a execução dos serviços efetivamente realizados, segundo as medições atestadas pelo contratante, considerando as disposições da proposta, do cronograma físico-financeiro, e do orçamento adjudicados, salvo modificação contratual na forma da lei.

3.2. A contratada deverá apresentar junto com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, as Certidões de quitação das obrigações fiscais Federais, Estaduais e Municipais, todas atualizadas e ainda:

a) prova do recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento;

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PMC
4047

b) prova do recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea superior;

c) comprovante de recolhimento do PIS e ISS, quando for o caso, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos.

3.3. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a certificação da medição pela Secretaria contratante.

3.4. Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com materiais, equipamentos, mão de obra e tributos.

3.5. O Contrato não será reajustado antes de decorridos 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, circunstância na qual será aplicado o índice constantes no Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE) editada pela Fundação Getúlio Vargas, conforme formulação paramétrica estabelecida no instrumento convocatório do processo acima referenciado ou quaisquer outros índices que melhor se adequarem no momento do fato.

3.5.1. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.5.3. Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice equivalente que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

3.5.4. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

3.5.5. A concessão de reajuste fica vinculado a disponibilidade orçamentária do exercício a que se referir.

3.6. Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, nos termos do artigo 124, da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

3.6.1. Fica estabelecido o prazo de até 30 (trinta) dias para apreciação aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos valores contratados.

3.6.2. Os preços contratados que sofrerem reajuste/reequilíbrio não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, podendo alterar, se for o caso, a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do contrato.

3.7. Para o pagamento pela Administração será observado a ordem diferenciada de recurso, podendo ser alterada mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle externo da Administração e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, exclusivamente nas situações previstas no art. 141 da Lei nº 14.133, de 2021.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
4048

3.8. Poderá ser restabelecida a repactuação como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

3.8.1. Fica estabelecido o prazo de até 30 (trinta) dias para apreciação aos pedidos de repactuação financeiro dos valores contratados.

3.9. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso injustificados, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, aplicar-se-á o índice do IPCA *pro rata die*, a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

3.9.1. Ficam ressalvadas da regra prevista acima os casos de ocorrência de caso fortuito e força maior.

3.9.2. O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança junto à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo para a completa execução das obras contratadas e/ou dos serviços contratados é de **12 (doze) meses**, contados da data da emissão da ordem de serviços, findo o qual as obras e/ou serviços, deverão estar concluídos.

4.2. O início dos trabalhos ocorrerá dentro de até **05 (cinco) dias úteis** seguintes ao recebimento da Ordem de Serviço.

4.3. O presente instrumento contratual produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da publicação deste instrumento **nos meios oficiais de publicação do município** e vigerá pelo prazo de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, alterada e consolidada.

4.4. Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega das obras e/ou serviços admitem prorrogação, desde que necessariamente justificada por escrito e previamente autorizada pelo contratante, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, de acordo com o artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.5. Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado e do novo cronograma físico-financeiro adaptado às novas condições propostas, os quais serão analisados e julgados pela contratante.

4.6. Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos a execução do objeto contratado, deverá esta comunicar e justificar o fato, por escrito, no prazo de 48 (*quarenta e oito*) horas, para que, a contratante tome as providências cabíveis, inclusive no que diz respeito à aceitação ou não do alegado.

4049

4.7. Enquanto perdurar o impedimento a CONTRATANTE se reserva o direito de contratar o fornecimento dos serviços com outro licitante, desde que respeitadas as condições desta licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, a saber: **1010.15.451.1212.1221 – 4.4.90.39.18 – 1500000000;**

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 14.133/21, alterada e consolidada:

6.2. A CONTRATADA obriga-se a:

a) executar os serviços no prazo máximo fixado no instrumento convocatório e neste instrumento, observando rigorosamente as especificações contidas no Projeto Básico, Edital e demais anexos; proposta, cronograma físico-financeiro e orçamento adjudicados, tudo parte integrante deste instrumento independente de transcrição, bem ainda as normas técnicas vigentes, nos locais determinados pela Secretaria Contratante, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer outros ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais que lhes sejam imputáveis, inclusive licenças dos órgãos oficiais ou com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato, e ainda:

- reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de natureza;
- responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou de preposto, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da contratada deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PMC
4050

-Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os arts. 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

-Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, bem como por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

- aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na forma estabelecida no artigo 125 da Lei nº14.133/21, alterada e consolidada.

b) responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U de 13/02/98;

c) responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente, causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

d) responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;

e) registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA-CE (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará) e/ou CAU-CE (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará), na forma da Lei, e apresentar o comprovante de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e a matrícula do CEI (Cadastro Específico do INSS) da execução do objeto em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato perante a CONTRATANTE, sob pena de culminar nas sanções contratuais previstas.

f) recrutar profissionais habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos mesmos, contendo identidade e atribuição/especificação técnica.

g) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE **(não existindo transferência de responsabilidade da contribuição previdenciária)**, por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referência às suas obrigações não se transfere a CONTRATANTE; **o descumprimento desses critérios pode gerar a obrigatoriedade de retenção, conforme o art. 110 da IN RFB nº 2110/2022**;

h) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO.

i) Respeitar obrigações dispostas no Edital e seus Anexos.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PMMC
4053

6.3. É de inteira e exclusiva responsabilidade da contratada o recolhimento de encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, tarifas e outros emolumentos que se fizerem necessários à execução do serviço. A Contratante se reserva o amplo direito de exigir da contratada, tais documentos devidamente quitados para melhor desempenho e eficácia dos contratos consumados.

6.4. No caso de constatação da inadequação dos serviços às normas e exigências especificadas no Edital, neste contrato, nos Projetos Básico e Executivo e na Proposta da Contratada, o Contratante os recusará, devendo ser, de imediato, adequados às supracitadas condições.

6.5. A CONTRATANTE obriga-se a:

- assegurar o livre acesso da CONTRATADA e de seus técnicos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizerem necessárias as obras e serviços, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- efetuar o pagamento do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente neste instrumento.
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PMM
4052

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato;

c) Dar causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: i) Advertência; ii) Impedimento de licitar e contratar; iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar; iv) Multa.

8.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.4. **Multa**

8.2.4.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

8.2.4.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução das obras e/ou serviços, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - PMAC
4053

8.2.4.3. 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.2.4.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

8.2.4.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

8.2.4.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

8.2.4.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	**CORRESPONDÊNCIA**
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das obras e/ou serviços;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar as obras e/ou serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar providência determinada pela fiscalização, por obra e/ou serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades da obra e/ ou serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

8.3. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

8.4. As sanções previstas nos subitens 8.2.1, 8.2.2, 8.2.3 poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista no subitem 8.2.4, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

8.5. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PMAC
4054

penalidade ou da publicação do ato que as impuser no Diário Oficial do Município de Maracanaú, nos termos da Lei Orgânica.

8.6. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

8.7. Se, no prazo previsto neste contrato, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

8.8. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

8.9. Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

8.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

8.11. Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

8.12. As multas eventualmente aplicadas com base na alínea "b" do item 23.2 do instrumento convocatório não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.13. A aplicação da sanção constante no subitem 8.2.3 é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE, enquanto as demais penalidades poderão ser aplicadas por setor competente do órgão/entidade CONTRATANTE.

8.14. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.16. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3°, da Lei n° 14.133/2021.

8.17. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°, da Lei n° 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PMAC
4055

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021) e ainda, nos cadastros do município de Maracanaú, Ceará.

8.20. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.21. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

9.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.1.2.1.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

9.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.2.3. Indenizações e multas.

9.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contratado, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
4056

previstas nesta avença e no Edital, conforme disposto no art. 96 c/c 98, da Lei nº 14.133/2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

10.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

10.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

10.1.3. As formas de oferecimento de garantia para execução contratual podem ser:

I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II. seguro-garantia;

III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

10.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

10.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.3.1. prejuízos advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.3.2. prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.3.3. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

10.3.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

10.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

10.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

10.7. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato, observando também o item 10.2.

10.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios estabelecidos no Código Civil.

10.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO 7 MMC
4057

readequada ou renovada nas mesmas condições.

10.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.11. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

10.11.1. caso fortuito ou força maior;

10.11.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

10.11.3. descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;

10.11.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.

10.12. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

10.13. Caso o valor global da proposta adjudicatária seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do menor valor a que se refere o art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

10.14. Será considerada extinta a garantia:

10.14.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.14.2. no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO / SUBCONTRATAÇÃO GERAIS

11.1. A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE.

11.2. A CONTRATADA deverá executar pessoalmente o objeto deste contrato, ficando impossibilitada de subempreitá-los por qualquer motivo, salvo termo de autorização expressamente firmado para esse fim e contendo as obrigações que a CONTRATADA e/ou subcontratada deverá respeitar, sob pena do mesmo ser rescindido de pleno direito, ficando a CONTRATADA sujeita a pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

11.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, na seguinte condição:

11.3.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

11.3.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

11.3.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
4058

11.3.4. A execução do Contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

11.3.5. A subcontratação parcial só terá validade com anuência prévia da administração e estará restrito apenas aos serviços acessórios das obrigações estabelecidas em contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.2. O presente Contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao Edital de Licitação e à proposta licitatória.

12.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 104 da Lei nº 14.133/21, alterada e consolidada.

12.4. A inadimplência do CONTRATADO com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

12.5. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do serviço sem a expressa autorização da Administração.

12.6. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com os termos do Processo Licitatório e deste contrato.

12.7. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.

12.8. A Contratada se obriga a efetuar, caso solicitado pela Contratante, testes previstos nas normas da ABNT, para definir as características técnicas de qualquer equipamento, material ou serviço a ser executado.

12.9. As ligações provisórias que se fizerem necessárias para a execução dos serviços, bem como a obtenção de licenças e alvarás, correrão por conta exclusiva da Contratada.

12.10. A fiscalização se efetivará no local da Obra/Serviços, por profissional previamente designado pelo Contratante, que comunicará suas atribuições.

12.11. O recebimento da obra/serviço será feito por equipe ou comissão técnica, constituída por representantes da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E CONTROLE URBANO, para este fim, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita da CONTRATADA;

b) Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante "Termo de Entrega e Recebimento dos Serviços", circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/21.

12.12. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PMC 4059

12.13. Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

12.14. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas nestes contratos, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista na Lei 14.133, de 2021.

13.2. A eficácia do contrato fica condicionada a publicação nos meios oficiais de publicação do município, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município, nos termos da Lei Orgânica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. O foro da Comarca de Maracanaú, Estado do Ceará, é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 1º do art. 92 da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Procuradoria Geral do Município, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Maracanaú-CE, 27 de julho de 2026.

CONTRATANTE:

Raimundo Coêlho Bezerra de Farias Filho

Secretário da Secretaria de Infraestrutura,
Mobilidade e Controle Urbano

CONTRATADA:

VICTOR MOSCA DE CARVALHO ARAUJO:02401961399

Assinado de forma digital por VICTOR MOSCA DE CARVALHO ARAUJO:02401961399

Victor Mosca de Carvalho Araújo – CPF nº 024.019.613-99

LARISSA BERNARDINO REIS:67087566334

Assinado de forma digital por LARISSA BERNARDINO REIS:67087566334

Larissa Bernardino Reis – CPF nº 670.875.663-34

TESTEMUNHAS:

1. Elvita de Souza Silva CPF: 060.447.023-16

Nome:

2. Carlos Geovani Lima Furtado CPF: 082.274.913-08

Nome:

PGM/

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação — Relatório de conformidade

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO P.M.C. 4060

Nome: Validador de assinaturas eletrônicas

Data de Validação: 29/07/2026 08:32:46 BRT

Versão do software(Verificador de Conformidade): 2.21.1.2

Versão do software(Validador de Documentos): 6aec769-dirty

Fonte de verificação: Offline

Nome do arquivo: 20260728 - Contrato PM MaracanaÃ° - 1010.26.07.27.01.pdf

Resumo da SHA256 do arquivo:

9c8cd4d8a287ee02b679929bce1ef7fc41e8d9eec307a71cc528c3d9f0b54f58

Tipo do arquivo: PDF

Quantidade de assinaturas: 2

Quantidade de assinaturas ancoradas: 2

CN=LARISSA BERNARDINO REIS:***875663**, OU=videoconferencia, OU=44706602000134, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=LARISSA BERNARDINO REIS:***875663**, OU=videoconferencia, OU=44706602000134, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.875.663-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: true

Data da assinatura: 28/07/2026 16:13:35 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de erro: Nenhuma mensagem de alerta

Política de assinatura:

Certificados utilizados

CN=LARISSA BERNARDINO REIS:67087566334, OU=videoconferencia, OU=44706602000134, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC SAFEWEB RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 16/05/2025 11:43:32 BRT

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PMAC
4062

CARTÓRIO MARQUES
2º OFÍCIO DE MARACANAÚ

2º OFÍCIO DE MARACANAÚ
ANA VIRGINIA DE PAULA MARQUES
TABELIÃ/REGISTRADORA
DAVI MARQUES DIOGENES CIRINO
SUBSTITUTO
RODOVIA DOUTOR MENDEL STEINBRUCH, 271 - PAJUÇARA
MARACANAÚ/CE - CEP:61.932-005
FONE: (085) 32931866
CNPJ: 23.719.610/0001-45
https://www.instagram.com/cartoriomarques/ - CONTATO@CARTORIOMARQUES.COM.BR

PROTOCOLO	**3451**
ORDEM	**213**
LIVRO	**129-P**
FOLHA	**290 - 292**

1º TRASLADO DE PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: **INSTTALE ENGENHARIA LTDA E OUTRO**, em favor de **ANTONIO WERBITON MARINHO ALMEIDA E OUTROS**, na forma a seguir declarada:

S A I B A M os que o presente instrumento de procuração virem que, em 09 de junho de 2026, nesta cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, compareceram como outorgantes nestas Notas **INSTTALE ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C. N.P.J./MF. Sob o nº 23.742.620/0001-00, com sede na Via de Ligação 1, s/n, Distrito Industrial III, em Maracanaú-CE, neste ato representada por seu sócio **HAMILTON SANTIAGO REIS JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 98002057876-SSP-CE, inscrito no C.P.F./MF. Sob o nº 221.264.303-91, com endereço profissional na Via de Ligação 1, s/n, Distrito Industrial III, Maracanaú-CE, CEP: 61.931-030. Identificada conforme documentos apresentados, de cuja identidade e capacidade jurídica dou fé. E pela outorgante na forma que vem representada me foi dito que por este instrumento de procuração nomeia e constitui seus procuradores **OUTORGADOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS: ANTONIO WERBITON MARINHO ALMEIDA**, brasileiro, casado, administrador de empresas e engenheiro civil, portador do RNP n.º 062031878-3 CREA-CE e inscrito no C.P.F./MF sob n.º 548.493.653-53; **FERNANDO GONÇALVES QUEIROZ**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do RNP nº 061462415-0, inscrito no C.P.F./MF sob o n.º 001.716.903-89; **IGOR DE SORDI BATISTA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RNP nº 180657413-6-CREA-PE, inscrito no C.P.F./MF sob o nº 023.417.034-45; **LÚCIO MAX FERREIRA MOTA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RNP nº 1800419091-8-CREA-PE, inscrito no C.P.F./MF sob o nº 034.271.574-74; e **VICTOR MOSCA DE CARVALHO ARAÚJO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RNP nº 061342746-7-CREA-CE, inscrito no C.P.F./MF sob o nº 024.019.613-99, todos domiciliados profissionalmente no mesmo endereço da OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda; e **OUTORGADOS NÃO RESPONSÁVEIS TÉCNICOS: LARISSA BERNARDINO REIS**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade nº 2001010287581-SSPDS-CE, inscrita no C.P.F./MF sob o nº 670.875.663-34; e **LORENA BERNARDINO REIS**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora do RNP nº 061825722-5-CREA-CE, inscrita no C.P.F./MF sob o nº 670.875.583-15; e **OUTORGADA ADVOGADA: NARYELLEN PINHEIRO GOMES**, brasileira, solteira, advogada, portadora da OAB/CE sob o nº 53.447, inscrita no C.P.F./MF sob o nº 610.183.043-80; todos domiciliados profissionalmente no mesmo endereço da OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda; a quem outorgam especiais poderes para representarem os outorgantes da seguinte [illegible] da OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda

Esse documento foi assinado por ANA VIRGINIA DE PAULA MARQUES.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.docautentico.com.br/valida e informe o código NNECJ-VF8S5-Y65K8-C69PL

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PMAC
4063

contratos de prestação de serviços, termos e acordos junto a quaisquer órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, bem como junto a entes privados, pessoas físicas ou jurídicas, desde que os contratos estejam relacionados com os objetivos sociais da OUTORGANTE, devendo este poder ser exercido conjuntamente pela OUTORGADA LARISSA BERNARDINO REIS e qualquer outro dos demais OUTORGADOS; b) firmar em nome da OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda medições e atas de reunião junto a quaisquer órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, bem como junto a entes privados, pessoas físicas ou jurídicas, desde que os contratos estejam relacionados com os objetivos sociais da OUTORGANTE, podendo este poder ser exercido isoladamente por qualquer dos OUTORGADOS; c) representar a OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda perante quaisquer repartições públicas, sejam federais, estaduais, municipais, incluindo seus ministérios, secretarias, autarquias e fundações, juntas comerciais, secretarias de fazenda e finanças, mesmo que aqui não citadas, e especialmente junto: à Receita Federal do Brasil, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), à Prefeitura Municipal de Fortaleza, à Prefeitura Municipal de Maracanaú; à Prefeitura Municipal de Maranguape; à Prefeitura Municipal de Horizonte; à Prefeitura Municipal de Caucaia; à Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte; à Prefeitura Municipal do Recife, à Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, à Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho; à Superintendência de Obras Públicas do Estado do Ceará (SOP/CE); ao Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco (DER/PE); à Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb); ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, à Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH); ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace), podendo este poder ser exercido isoladamente por qualquer dos OUTORGADOS, desde que o ato não implique na assunção de obrigações pecuniárias, sendo que nesta hipótese o ato deve ser praticado conjuntamente pela OUTORGADA LARISSA BERNARDINO REIS e qualquer outro dos demais OUTORGADOS; d) representar os OUTORGANTES junto a quaisquer órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, em todo e qualquer processo licitatório, nas modalidades de dispensa, carta convite, tomada de preços, concorrência, RDC presencial, pregão presencial e outras, exceto na modalidade de pregão eletrônico, podendo: retirar editais e seus anexos; entregar documentos de credenciamento e os envelopes de habilitação e de propostas comerciais/preços; assinar, requerer, solicitar, realizar pagamentos; receber e dar quitação; interpor pedido de impugnação; interpor recursos e renunciar a apresentação de recursos, ou seja, poder representar os OUTORGANTES e tudo requerer perante os órgãos e suas comissões de licitação, em todos os atos que se fizerem necessários ao fiel e cabal cumprimento do presente mandato, pronunciando-se como se os OUTORGANTES fossem, podendo este poder ser exercido isoladamente por qualquer dos OUTORGADOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, e desde que esta procuração esteja acompanhada de termo de credenciamento/outorga para o processo licitatório, devidamente formalizado pela OUTORGANTE, e dirigido ao órgão condutor do processo; e) representar os OUTORGANTES, podendo assinar documentos

Esse documento foi assinado por ANA VIRGINIA DE PAULA MARQUES.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.docautentico.com.br/valida e informe o código NNECJ-VF8S5-Y65K8-C69PL

para habilitação, propostas técnicas e propostas de preços em todo e qualquer processo licitatório, sob qualquer modalidade, podendo este poder ser exercido isoladamente por qualquer dos OUTORGADOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, desde que respeitadas as respectivas atribuições profissionais, e desde que esta procuração esteja acompanhada de termo de credenciamento/outorga para o processo licitatório, devidamente formalizado pela OUTORGANTE, e dirigido ao órgão condutor do processo; f) representar o OUTORGANTE Hamilton Santiago Reis Júnior, podendo assinar declarações, termos de compromissos, termos de autorização e outros que sejam necessários para participação em processos licitatórios, incluindo a habilitação, propostas técnicas e propostas de preços, sob qualquer modalidade, podendo este poder ser exercido isoladamente por qualquer dos OUTORGADOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, desde que respeitadas as respectivas atribuições profissionais, e desde que esta procuração esteja acompanhada de termo de credenciamento/outorga para o processo licitatório, devidamente formalizado pelo OUTORGANTE, e dirigido ao órgão condutor do processo; g) representar a OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda perante as concessionárias, autoritárias ou permissionárias de serviços públicos de energia elétrica, telefonia, água e esgoto, gás, televisão por assinatura e demais, podendo solicitar o cancelamento, negociar parcelamento de dívidas ou outros assuntos de interesse da outorgante, podendo este poder ser exercido isoladamente por qualquer dos OUTORGADOS; h) representar a OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda perante o poder judiciário, seja no âmbito da Justiça Estadual, da Justiça Federal ou da Justiça do Trabalho, podendo fazer acordos, transigir, desistir, receber notificações, intimações, citações e correspondências, podendo este poder ser exercido isoladamente por qualquer dos OUTORGADOS, e desde que juntamente com essa procuração apresente instrumento de preposição devidamente formalizado pela OUTORGANTE; i) representar a OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda junto ao departamento de trânsito de qualquer estado da federação, em todo território nacional, com a finalidade de tratar de todos os negócios relacionados a todos e quaisquer veículos que sejam ou venham a ser proprietários, mesmo que aqui não especificados, podendo receber, juntar, retirar e apresentar documentos, recorrer, requerer e assinar o que preciso for, bem como realizar tudo o que for necessário para o emplacamento e licenciamento, receber 2.ª via de documentos de licenciamento e/ou de transferências, fazer alterações, inclusive de endereços, assinar guias, requerimentos, contratos, recibos, podendo ainda liberar veículos em caso de apreensão e realizar tudo que for necessário para regularização dos veículos que sejam de suas propriedades, podendo este poder ser exercido isoladamente por qualquer dos OUTORGADOS, sendo vedada a transferência de propriedade; j) representar a OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda perante toda e qualquer empresa privada com as quais a OUTORGANTE possua relacionamento, respeitadas as vedações estabelecidas neste mandato, devendo este poder ser exercido conjuntamente pela OUTORGADA LARISSA BERNARDINO REIS e qualquer outro dos demais OUTORGADOS; k) representar a OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda perante o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e os conselhos regionais, podendo este poder ser exercido isoladamente por qualquer dos OUTORGADOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS,

Esse documento foi assinado por ANA VIRGINIA DE PAULA MARQUES.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.docautentico.com.br/valida e informe o código NNECJ-VF8S5-Y65K8-C69PL

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
4065

sendo vedado solicitar a inscrição ou baixa; l) representar a OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda quando na qualidade de locadora, na formalização de contrato de locação de máquinas, veículos e equipamentos integrantes ou que venham a integrar o seu ativo permanente, devendo este poder ser exercido conjuntamente pelo OUTORGADO FERNANDO GONÇALVES QUEIROZ e pela OUTORGADA LARISSA BERNARDINO REIS, ou pelo OUTORGADO FERNANDO GONÇALVES QUEIROZ e o OUTORGADO ANTÔNIO WERBITON MARINHO ALMEIDA; m) representar a OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda quando na qualidade de locatária, na formalização de contrato de locação de bens móveis, tipo máquinas, veículos e equipamentos, devendo este poder ser exercido conjuntamente pelo OUTORGADO FERNANDO GONÇALVES QUEIROZ e pela OUTORGADA LARISSA BERNARDINO REIS, ou pelo OUTORGADO FERNANDO GONÇALVES QUEIROZ e o OUTORGADO ANTÔNIO WERBITON MARINHO ALMEIDA; n) representar a OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda quando na qualidade de locatária, na formalização de contrato de locação de bens imóveis, devendo este poder ser exercido conjuntamente pela OUTORGADA LARISSA BERNARDINO REIS e qualquer outro dos demais OUTORGADOS. O) representar a OUTORGANTE Insttale Engenharia Ltda perante o poder judiciário, lhe outorgando plenos e amplos poderes, com a cláusula ad judicia et extra, para agir em qualquer juízo, instância ou Tribunal, bem como perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, podendo promover medidas judiciais, assinar termo, oferecer defesa, reconvenção, interpor recursos, conduzir o referido processo, requerer providências e ter acesso a documentos de qualquer natureza constante nos autos do processo, nos termos do artigo 5.º, § 2.º, da Lei n.º 8.906, de 04/07/1994, combinado com os poderes especiais do artigo 105, do novo CPC, ou seja, confessar, desistir, transigir, renunciar o direito em que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos. Ainda, nos processos em que não atue como patrona da OUTORGANTE, poderá a OUTORGADA atuar como preposta, com os mais plenos poderes, em especial para prestar depoimento, transigir, firmar compromissos e acordos, receber e dar quitação. Esses poderes poderão ser praticados exclusivamente pela OUTORGADA ADVOGADA NARYELLEN PINHEIRO GOMES. **RESSALVA:** Nas ausências ou impedimentos da OUTORGADA LARISSA BERNARDINO REIS, poderá o ato que lhe caberia ser praticado pela OUTORGADA LORENA BERNARDINO REIS. **VEDAÇÕES:** a) substabelecer os poderes conferidos através deste mandato, mesmo que parcialmente; b) além das demais vedações aqui previstas, é vedada a prática dos poderes descritos nas alíneas de "a" a "n" pela OUTORGADA ADVOGADA NARYELLEN PINHEIRO GOMES, cujos poderes se restringem aos descritos na alínea "o"; c) realizar qualquer transação junto a qualquer instituição bancária, caixas econômicas e demais estabelecimentos de crédito em geral, podendo, entretanto, tais poderes serem conferidos através de mandato específico para esse fim; d) oferecer fiança ou aval ou constituir qualquer outro tipo de garantia, podendo, entretanto, tais poderes serem conferidos através de mandato específico para esse fim; e) comprar, vender, alienar, ceder, emprestar, alugar ou oferecer em garantia bens móveis e imóveis, podendo, entretanto, tais poderes serem conferidos através de mandato específico para esse fim; f) exercer em nome do OUTORGANTE Hamilton Santiago Reis Júnior outros poderes além dos aqui formalmente expressos. **PRAZO:** O presente mandato é válido por um

Esse documento foi assinado por ANA VIRGINIA DE PAULA MARQUES.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://www.docautentico.com.br/valida e informe o código NNECJ-VF8S5-Y65K8-C69PL

4066

ano a partir da data da sua lavratura, em conformidade com o disposto na Cláusula 15.a do contrato social de Insttale Engenharia Ltda. **(SOB MINUTA). CERTIFICO que a qualificação dos outorgados/procuradores e a descrição do objeto do presente mandato declaradas pelo representante da outorgante, que se responsabiliza civil e criminalmente por sua veracidade. AS PROVAS DESTAS DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES** (DOCUMENTAÇÃO DOS OUTORGADOS, COMPROVANTES DE POSSE/TITULARIDADE/PROPRIEDADE DE BENS, DENTRE OUTROS) **DEVEM SER EXIGIDAS PELOS ÓRGÃOS E PESSOAS COMPETENTES PARA O RECEBIMENTO E UTILIZAÇÃO DESTE MANDATO.** E como assim disse, do que dou fé, lavrei este instrumento que lido e achado conforme aceita, assinando a tudo presente, que ouviu a sua leitura. Dispensando as testemunhas instrumentárias na conformidade do Provimento n°.04/95 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado, do que dou fé. ASSINATURAS: HAMILTON SANTIAGO REIS JUNIOR representando INSTTALE ENGENHARIA LTDA. Eu, FRANCISCO DA SILVA EZEQUIEL, _____, ESCREVENTE AUTORIZADO, a digitei, conferi, assinei e a lavrei. Trasladada hoje. MARACANAÚ, 12 de junho de 2026. / / /

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
4067

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: NNECJ-VF8S5-Y65K8-C69PL

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ANA VIRGINIA DE PAULA MARQUES (CPF 168.341.273-72) em 12/06/2026 15:52 (Titular)

Para verificar as assinaturas acesse https://www.docautentico.com.br/valida e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

https://www.docautentico.com.br/valida/NNECJ-VF8S5-Y65K8-C69PL

Prefeitura de
Maracanaú

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PMAC
4068

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO **Nº 1010.26.07.27.01** referente à CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10.004/2026-CE. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE REQUALIFICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ/CE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E CONTROLE URBANO.** Partes: Prefeitura Municipal de Maracanaú-Ceará, através da **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E CONTROLE URBANO** e a empresa **INSTTALE ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 23.742.620/0001-00. com Prazo de Vigência do Contrato: 12 (doze) meses. Dotação Orçamentária: **1010.15.451.1212.1221 – 4.4.90.39.18 – 1500000000.** Valor Global: **R$ 36.615.054,38 (trinta e seis milhões seiscentos e quinze mil cinquenta e quatro reais e trinta e oito centavos)**. Signatários: **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E CONTROLE URBANO**, representada pelo senhor Raimundo Coêlho Bezerra de Farias Filho e **INSTTALE ENGENHARIA LTDA**, representada por seu bastante procurador e responsável técnico Sr. Victor Mosca de Carvalho Araújo inscrito e por sua bastante procuradora Larissa Bernardino Reis Data do contrato: 27 de julho de 2026. Publicação: 30 de julho de 2026.